



► Síntese setorial OIT

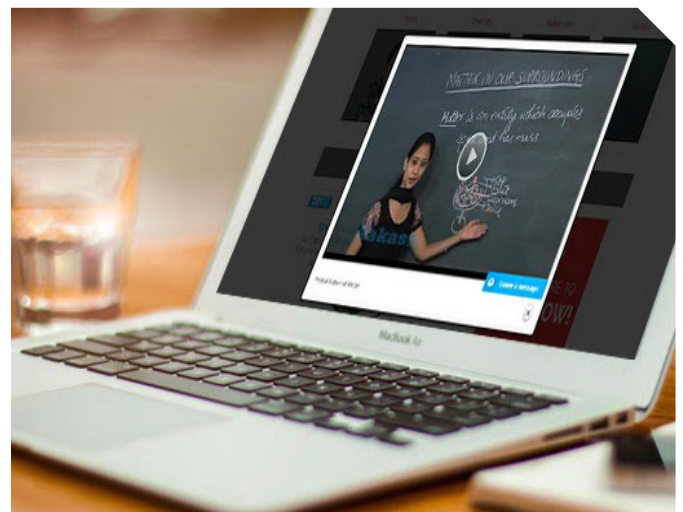
16 Abril 2020

A COVID-19 e o setor da educação

Em 13 de abril de 2020, as escolas e universidades estavam já encerradas na maioria dos países do mundo, numa tentativa de limitar a propagação da doença do novo coronavírus (COVID-19). Os encerramentos a nível nacional foram obrigatórios em 192 países, interrompendo as aulas para cerca de 1,58 mil milhões de alunos e alunas (91,4 % das matrículas) e incentivando quase todos os sistemas de ensino a implementar soluções de ensino a distância.¹ Esta interrupção teve também impacto no trabalho de mais de 63 milhões de docentes do ensino básico e secundário, assim como em grande parte do pessoal não docente. Afetou igualmente o pessoal da educação pré-escolar, da formação profissional e técnica e do ensino superior.

Ainda que o encerramento das escolas possa ter ocorrido durante tempos de conflito armado ou em regiões rurais e empobrecidas, a escala global da interrupção no ensino como consequência da pandemia não tem precedentes em termos de alcance, implicações no emprego e a sua natureza transformadora. A natureza excecional da situação atual é igualmente refletida no ritmo notável ao qual a tecnologia e o ensino virtual e a distância foram adotados para atenuar o impacto do encerramento das escolas, assim como na capacidade de as estratégias virtuais enfrentarem os desafios em matéria de educação.

Docentes e escolas têm sido criativos na adoção de variadas estratégias baseadas na tecnologia como alternativas à sala de aula tradicional, dando aulas por meio de videoconferência e plataformas de ensino *online*, partilhando materiais de aprendizagem e fichas de trabalho através da *intranet* das escolas e plataformas de mensagens. Em alguns países, estão a ser utilizados programas de rádio e a televisão nacional para transmitir aulas e materiais educativos,



© Valentyna Yelina
Aprendizagem à distância

particularmente em zonas com recursos insuficientes que possam carecer de infraestruturas tecnológicas.

Não obstante as soluções para a interrupção tenham sido inovadoras e responsáveis, permanece a realidade que algumas escolas e regiões estão mais bem posicionadas do que outras para retirar proveito dos recursos, infraestruturas tecnológicas e do mercado de tecnologia educacional para responder à crise com maior eficácia e de um modo mais abrangente. A ênfase no ensino virtual pode exacerbar as desigualdades que se verificam no ensino, particularmente nos contextos em desenvolvimento, nas comunidades mais carenciadas e no âmbito rural, onde o acesso à tecnologia e a ligações à internet fiáveis podem ser mais limitadas. Inclusivamente dentro das escolas, desigualdades como as relacionadas com

¹ UNESCO: [COVID-19 educational disruption and response](#), 13 de abril de 2020.

as pessoas com deficiência ou o rendimento familiar podem dificultar o acesso ao ensino a distância. Esta modalidade não permite que escolas e docentes desempenhem o seu importante papel na socialização dos alunos e alunas e na prestação de serviços sociais, tais como, por exemplo, refeições e programas escolares.²

As informações facultadas pelos projetos da OIT para eliminar o trabalho infantil indicam que as crianças em idade escolar que estavam ou estiveram em risco de trabalho infantil têm menos probabilidades de aceder ao ensino a distância. Nestas comunidades mais desfavorecidas, com poucos ou nenhuns recursos tecnológicos, a qualidade do ensino a distância pode ser má. O risco de que os sistemas escolares sofram elevadas taxas de abandono, durante a pandemia e depois desta, e que o trabalho infantil aumente, é claro.

A aplicação bem-sucedida do ensino virtual e a distância antes da crise da COVID-19 envolveu a formação de docentes e a preparação tecnológica

dos alunos e alunas, tendo geralmente ocorrido em situações que não eram de crise. Nas circunstâncias da pandemia da COVID-19, e dado a necessidade de agir rapidamente, o foco tem sido sobretudo garantir o acesso à tecnologia. É necessário prestar uma maior atenção ao modo como a tecnologia e o ensino podem ser eficazmente integrados, nomeadamente o papel vital dos professores e professoras nestas questões e as competências necessárias para a aprendizagem autodirigida.

Assegurar que a aprendizagem de qualidade prossiga nas suas novas formas adotadas durante a crise exige que os professores e professoras tenham acesso a ambientes de ensino com recursos adequados e seguros e condições de trabalho dignas. As primeiras experiências com docentes, à medida que navegam nas respostas à COVID-19, centraram-se no apoio e formação profissional, segurança e saúde no trabalho, condições de emprego e de trabalho e envolvimento nas respostas educativas.

► 1. O impacto da COVID-19

Apoio e formação profissional

O súbito início da crise forçou muitos professores e professoras a iniciar aulas virtuais sem preparação para as solicitações e expectativas desta nova realidade. A premência de migrar para o trabalho remoto não lhes concedeu o tempo necessário de preparação para aprender e se adaptarem às modalidades de ensino virtual e a distância, gerir espaços de trabalho e aulas virtuais, e envolver os alunos e alunas em formas de aprendizagem novas e inovadoras. Para alguns professores e professoras, estes desafios são aumentados pelas suas próprias responsabilidades como pessoas cuidadoras e pela falta de acesso à tecnologia e a infraestruturas e, para muitos outros e outras, a situação exigiu despesas diretas com materiais e equipamento. No Quebeque, por exemplo, as escolas são obrigadas a fornecer computadores aos professores e professoras que não os têm em casa, mas o reembolso de outras despesas, como o acesso à internet e as ligações por telefone, são determinados pelas administrações escolares locais.³

Não obstante, de modo *ad hoc*, algumas escolas, instituições de ensino superior e ministérios da

educação estabeleceram cursos intensivos sobre como realizar conteúdos *online*, gerir aulas virtuais e utilizar a tecnologia, facilitando a transferência de recursos de ensino e materiais de aprendizagem para as plataformas *online*. Em resposta à atual pandemia, o Ministério da Educação dos Emirados Árabes Unidos e a Universidade Inteligente *Hamdan Bin Mohammed* facultaram um curso de formação *online* a mais de 42 000 docentes e académicos sobre como gerir as aulas *online* e usar a tecnologia. Com 22 000 certificados já emitidos, o curso alega poder proporcionar esta formação em 24 horas.⁴ Ainda que estas medidas respondam a uma necessidade imediata, a formação deve ser consistente com os padrões profissionais, não deve comprometer a qualidade do ensino e deve ser meticulosamente desenvolvida para complementar o ensino virtual a longo prazo.

Segurança e saúde no trabalho

Não obstante as reuniões presenciais estejam a ser limitadas em todo o mundo, alguns governos nacionais e estaduais não anunciaram ainda o encerramento das

2 PAM: *Global Monitoring of School Meals during COVID-19 School Closures*, 14 de abril de 2020.

3 *Alliance des professeures et professeurs de Montréal*.

4 "Ministry says 22,000 teachers now qualified to give e-training courses", in *Arabian Business*, 16 de março de 2020.

escolas, o que levanta a questão de saber se os/as docentes têm o direito de recusar trabalhar com o fundamento na alegada falta de segurança. Em alguns estados da Austrália, por exemplo, as escolas permanecem abertas para assegurar que os cuidados a crianças não impedem os trabalhadores e trabalhadoras de cuidados de saúde da linha da frente e o pessoal de primeira intervenção de se apresentarem ao trabalho. Os professores e professoras, por outro lado, pedem o encerramento das escolas, assim como de todos os outros serviços não essenciais, para proteger não só a sua segurança e saúde, mas também a de alunos e alunas e do público em geral, mencionando muitos destes a moral baixa e o *stress* como resultado da continuação do ensino presencial.⁵ Noutros países, foram adotadas medidas semelhantes para assegurar que os pais e mães que trabalham em serviços essenciais se podem apresentar ao trabalho: na Bélgica, os infantários continuam abertos para as crianças cujos pais e mães trabalham em setores críticos.⁶ Mesmo nas situações em que os seus serviços são considerados essenciais, deve consultar-se os professores e professoras no que se refere aos potenciais riscos de saúde e segurança no trabalho e devem ser envolvidos na conceção das estratégias adequadas para assegurar locais de trabalho saudáveis e seguros, nomeadamente no acesso a produtos de higiene e na formação sobre medidas de prevenção. Em alguns estados dos Estados Unidos da América, os professores e professoras referiram que tinham de fazer pagamentos diretos para comprar produtos de limpeza para as suas salas de aula.⁷

Os impactos socioemocionais e de saúde mental da COVID-19, assim como as medidas de resposta à pandemia, na comunidade escolar (docentes, discentes e familiares) - particularmente ansiedade, *stress* e sentimentos de incerteza - não foram amplamente debatidos, sendo todavia tão vitais para a segurança e saúde no trabalho (SST) como os equipamentos de proteção e o distanciamento físico e, por conseguinte, devem ser levados em consideração no desenvolvimento das estratégias de SST.⁸ Estes impactos serão provavelmente amplificados à medida que alguns países se preparam para o regresso às escolas, e tanto os/as docentes como o pessoal não docente necessitam de lidar com os riscos de infeção e com as questões relacionadas com a discriminação

contra pessoas consideradas uma ameaça em termos de contágio.⁹

A carga suplementar de prestação de cuidados nas famílias causada pela COVID-19 irá provavelmente afetar de forma desproporcional as mulheres trabalhadoras dada a divisão assimétrica do trabalho doméstico. Em muitos países, particularmente na educação pré-escolar e básico, o ensino é uma profissão feminizada, sendo assim provável que as mulheres sejam particularmente afetadas por esta carga adicional.

Condições de emprego e de trabalho

Muitos sistemas de ensino têm salários garantidos para os professores e professoras com contratos permanentes na transição para o ensino a distância. A adoção do ensino *online* e a distância, combinada com o encerramento de escolas, intensificou as preocupações com a segurança no emprego entre aqueles e aquelas profissionais que têm geralmente relações de emprego ao abrigo de contratos a termo, incluindo da educação pré-escolar, com contratos temporários, substituições, professoras e professoras contratados e de apoio. Em muitos países, o pessoal não docente tem um contrato ocasional, a tempo parcial ou numa base limitada por um contrato e carece com frequência de representação coletiva. Devido ao encerramento das escolas, muitos/as docentes com contratos temporários ou em substituição ficaram sem emprego, rendimento ou benefícios.

No ensino superior, o pessoal docente contratado e o pessoal de apoio, como o da limpeza e de *catering*, enfrentaram o *lay-off*, uma vez que os *campus* encerraram e os/as estudantes de fora regressaram aos seus países de origem, por vezes anulando as matrículas nos programas.¹⁰

No Reino Unido, por exemplo, algumas escolas rescindiram os contratos com docentes com contratos temporários (substitutos), devido ao encerramento das escolas ordenado pelo Governo, além da suspensão do pagamento dos salários.¹¹ O sindicato dos professores (NASUWT) reportou também que os contratos a termo estão a ser prematuramente rescindidos sem compensações, as ofertas de trabalho estão a ser retiradas e os professores e professoras estão a

5 “Coronavirus Australia: Teachers ‘afraid and angry’ over decision to leave schools open”, in *7 News*, 22 de março de 2020; “Stress and anxiety high among teachers as schools remain open despite coronavirus pandemic”, in *7 News*, 20 de março de 2020.

6 “Belgian kindergartens only open to babies whose parents work in a ‘critical’ sector”, in *Brussels Times*, 22 Mar. 2020.

7 “Teachers pay out-of-pocket to keep their classrooms clean of COVID-19”, in *Economic Policy Institute*, 12 de março de 2020.

8 OIT: *Care work and care jobs for the future of decent work*, Genebra: OIT, 2018, p. 171.

9 NASUWT: *Coronavirus (COVID-19) - Dealing With Harassment And Abuse*.

10 “As Coronavirus Drives Students From Campuses, What Happens to the Workers Who Feed Them?”, in *Chronicle of Higher Education*, 13 de março de 2020; “Hundreds of university staff to be made redundant due to coronavirus”, in *Guardian*, 2 de abril de 2020; “Australian universities suffer job losses over coronavirus concerns”, in *Independent Australia*, 14 de março de 2020.

11 “Coronavirus in the UK: ‘Distraught’ supply teachers on long-term contracts fearing for their homes after being laid off by schools”, in *iNews*, 26 de março de 2020.

receber ameaças de deduções nos salários por causa do isolamento físico. O sindicato refere ainda que os professores e professoras com condições de saúde vulneráveis, conforme definido pelo Governo, estão a receber instruções para trabalhar e que as professoras em licença de maternidade estão a ser incentivadas a terminar as licenças mais cedo, enquanto os contratos de docentes que iriam substituir esses períodos de licença estão a ser cancelados.¹²

Têm sido relatadas tendências semelhantes nos Estados Unidos da América, sendo que os professores e professoras substitutos de alguns Estados não estão a receber os salários durante o encerramento das escolas e arriscam-se a perder benefícios.¹³ A crise expôs a vulnerabilidade de quem tem com contratos a termo certo e não está sindicalizado e de quem não têm outras formas de representação coletiva. Os professores e professoras com contratos temporários e substitutos, tal como o pessoal não docente, poderiam ser integrados em estratégias de ensino provisórias desenvolvidas como resultado da pandemia e não deveriam ter perda de rendimento ou de acesso a benefícios.

Também foram relatadas perdas de empregos no Quênia, com professores e professoras que trabalham em determinadas escolas privadas de baixo custo a ficarem em *lay-off* temporário sem remuneração durante o encerramento das escolas. Durante a sua licença obrigatória, o pessoal irá receber 10 por cento do seu salário, assim como dos benefícios de saúde.¹⁴ Os professores e professoras que trabalham em escolas privadas no Paquistão expressaram preocupações semelhantes em relação à perda de emprego e de rendimento e o governo do Punjab solicitou recentemente que as escolas privadas reduzam voluntariamente as mensalidades em 20 por cento para garantir a segurança no emprego.¹⁵

Diálogo social

De uma forma geral, os/as docentes e as suas organizações têm sido rápidos a adaptar-se às medidas da pandemia e apoiaram os esforços do governo no sentido de implementar o ensino a distância. Ainda que seja necessária uma rápida resposta por parte dos governos e das instituições para limitar a propagação da COVID-19, os professores e professoras e seus representantes nem sempre estiveram envolvidos/as ou foram consultados/as na conceção das estratégias de resposta. As suas contribuições, contudo, são essenciais para assegurar a qualidade do ensino e para manter a integridade da profissão. A suspensão ou a anulação dos acordos de negociação coletiva poderia contrariar esses princípios. No Quebec, Canadá, por exemplo, os acordos coletivos com docentes e outro pessoal do ensino foram suspensos para permitir que as tarefas, horários e locais de trabalho fossem alterados de forma a acomodar estas circunstâncias extraordinárias. O sindicato dos professores não foi previamente consultado.¹⁶

Noutros países, foi adotada uma abordagem mais proativa com as organizações de professores. Na Argentina, o Ministério da Educação estabeleceu uma comissão, composta por representantes de seis associações, para planear as modalidades de ensino a distância.¹⁷ Em Los Angeles, Estados Unidos, o sindicato dos professores (*United Teachers Los Angeles*) chegou a um acordo com o *Los Angeles Unified School District* para definir os termos e condições dos professores e professoras em relação ao ensino e aprendizagem *online* durante a pandemia, incluindo a flexibilidade para criar os seus próprios horários de trabalho, poder de decisão quanto às modalidades de ensino e proteção contra a perda de remuneração ou de benefícios durante o encerramento das escolas. Espera-se que o acordo atue como um modelo para outros distritos presentemente em negociação.¹⁸ Na Finlândia, o Sindicato de Educação da Finlândia (OAJ) foi consultado sobre as medidas de emergência no ensino, que apoiou.¹⁹

12 NASUWT: "Coronavirus: Teachers' rights 'being trampled over'", in *TES*, 30 de março de 2020; "Callous decisions made at a time of national crisis", 30 de março de 2020.

13 "Substitute teachers facing financial hardship, loss of benefits in coronavirus shutdown", in *News Tribute*, 19 de março de 2020

14 "Bridge schools send teachers home amid coronavirus crisis," in *Daily Nation*, 27 de março de 2020.

15 "Punjab govt directs private schools to give 20pc fee concession", in *Pakistan Today*, 7 de abril de 2020.

16 "COVID-19: "Quebec teachers in shock after government suspends collective agreements", in *CTV News*, 19 de março de 2020.

17 Governo da Argentina: "Coronavirus: Trotta encabezó una comisión de trabajo con gremios docentes".

18 "LA Unified, teachers' union reach agreement over distance learning guidelines", in *EdSource*, 9 de abril de 2020.

19 Trade Union of Education in Finland (OAJ): *Schools and educational institutions switching to distance learning – salaries will be paid as normal*, 17 de março de 2020.

► 2. Resposta dos constituintes e dos parceiros

Embora a maioria dos governos tenha encerrado as escolas e estabelecido algum tipo de programas de ensino a distância para os alunos e alunas, a resposta política sobre o apoio a docentes neste sentido tem sido variada. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), quase todos os governos aumentaram a despesa na educação. Uma grande parte deste financiamento foi utilizada na implementação de tecnologias de ensino *online* e a distância e há poucos indícios de que esse financiamento tenha sido direcionado para os salários dos/as docentes ou para formação sobre a utilização das tecnologias *online*.²⁰

Transformar os materiais de ensino em formato digital em tão curto espaço de tempo tem sido um desafio, uma vez que um reduzido número de docentes tem sólidas competências digitais e de TIC. Em muitos países do Sudoeste da Ásia e da África Subsariana, apenas cerca de 20 por cento dos agregados familiares têm ligação à internet, e poucos têm computadores pessoais. No Peru, 35 por cento dos/as docentes têm acesso a um computador e a ligação à internet. O Governo peruano usa, assim, os canais de televisão e de rádio para dar aulas e conteúdos aos estudantes, assim como plataformas *online* como esta: *Aprendo en casa*. Nos Camarões, estima-se que entre 20 e 25 por cento dos/as docentes têm acesso à internet e que a maioria não tem competências em TIC. Foi criado um grupo de trabalho governamental para estabelecer a Rotina de Aprendizagem de Proteção, que permite a docentes e discentes aceder ao ensino através de plataformas com as quais já estão familiarizados, como a rádio e a televisão. No Uganda, foram implementadas instituições de formação de docentes para oferecer *workshops* dirigidos a quem não tem competências em TIC.²¹

No que respeita aos salários, nos países onde as escolas privadas são mais comuns, como o Paquistão e a Somália, há relatos do despedimento de docentes devido à falta de procura, enquanto nas escolas públicas os governos estão a esforçar-se para manter os salários dos professores e professoras. Nas Filipinas, o Governo empenhou-se em pagar antecipadamente os

salários de março e de abril, sendo que as avaliações de desempenho dos/as docentes foram suspensas durante o estado de emergência. O corpo docente e o pessoal não docente que se mantêm nas escolas receberão um subsídio de risco, assim como um subsídio de vestuário. Não está claro se estas medidas foram implementadas, uma vez que os sindicatos manifestaram preocupações acerca da situação financeira do pessoal docente nesta crise.²² No Uganda, o Ministério da Educação e do Desporto informou do pagamento atempado de salários, para que os professores e professoras possam comprar os bens essenciais e centrarem-se na sua missão.²³

A nível internacional, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) lançou a Coligação Global para a Educação, da qual a OIT é membro, que visa reunir as organizações internacionais, as organizações não governamentais e o setor privado no apoio às respostas à COVID-19 no âmbito do ensino. O *International Task Force on Teachers for Education 2030*, do qual a OIT é também membro, apelou à ação, exortando os governos, os prestadores e financiadores do ensino - públicos e privados - e todos os parceiros relevantes a preservar os empregos e os salários dos/as docentes, a dar prioridade à sua saúde, segurança e bem-estar e alunos e alunas, a sua inclusão no desenvolvimento de respostas em matéria de educação à COVID-19, proporcionar formação e apoio profissional adequados e contar com a sua participação nas respostas de ajuda.²⁴

Vários outros organismos internacionais desenvolveram ferramentas para apoiar o ensino durante o encerramento das escolas, nomeadamente as orientações do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), quanto à forma como os professores e professoras devem falar sobre a COVID-19 às crianças.²⁵

As empresas e as fundações responderam lançando diversas ferramentas que têm como finalidade promover sistemas de gestão do ensino a distância, sistemas de aprendizagem de tecnologia móvel, cursos

20 Fundo Monetário Internacional: [Policy responses to COVID-19](#).

21 UNESCO: COVID-19 Webinar: [A new world for teachers, education's frontline workers](#), 27 de março de 2020.

22 "DepEd urged to provide COVID-19-related assistance to public, private education workers", in *Manila Bulletin*, 4 de abril de 2020.

23 UNESCO: COVID-19 Webinar: [A new world for teachers, education's frontline workers](#), 27 de março de 2020.

24 International Task Force on Teachers for Education 2030: [Teacher Task Force calls to support 63 million teachers touched by the COVID-19 crisis](#), 27 de março de 2020.

25 UNICEF: [How teachers can talk to children about coronavirus disease \(COVID-19\)](#).

online de acesso livre, conteúdos de aprendizagem autodirigidos, plataformas de colaboração que suportam comunicação vídeo ao vivo, ferramentas que podem ser descarregadas para a aprendizagem online e ferramentas para que os/as docentes possam criar conteúdos de aprendizagem digitais. A ampla utilização das tecnologias digitais, muitas das quais são oferecidas gratuitamente, tem sido apreciada pelos governos, muitos dos quais as estão a implementar como parte das estratégias de ensino a distância.²⁶ Simultaneamente, a rápida difusão das tecnologias no

ensino tem levantado preocupações sobre a penetração de produtos comerciais no mercado do ensino público em muitos países, sem passar pelos procedimentos de controlo de qualidade e de contratação pública.²⁷

A federação sindical mundial *Education International* emitiu princípios orientadores acerca da pandemia da COVID-19, que incluem princípios sobre a proteção de docentes, diálogo social e a promoção da equidade na prestação do ensino a distância.²⁸

► 3. Ferramentas e respostas da OIT

A [ILO/UNESCO Recommendation concerning the status of Teachers \(1966\) and the UNESCO Recommendation concerning the Status of Higher-Education Teaching Personnel \(1997\)](#), para além da proporcionarem a definição de princípios relativos aos direitos e responsabilidades dos professores e professoras, proporcionam igualmente diretrizes sobre o estabelecimento do diálogo entre docentes e as autoridades no âmbito da educação. As [Diretrizes de política da OIT relativas à promoção de trabalho digno para pessoal do ensino pré-escolar \(2014\)](#) fornecem orientação sobre a SST para o pessoal do ensino pré-escolar, incluindo referências específicas a doenças infecciosas, as quais colocam um risco comum nesta profissão. São também indicadas novas orientações no [ILO Handbook of good human resource practices in the teaching profession \(2012\)](#).²⁹

A [Recomendação \(N.º 205\) sobre o Emprego e Trabalho Digno para a Paz e a Resiliência, 2017](#) define os princípios sobre a prestação de serviços de educação e formação e orientação profissional no contexto de situações de crise decorrentes de conflitos e desastres. Apela ao acesso à educação pública gratuita e de qualidade em todas as fases da crise e da recuperação, incluindo programas de segunda oportunidade para os alunos e alunas cuja escolaridade foi interrompida. A Recomendação apela igualmente aos países que formulem ou adaptem um programa nacional de educação, formação, reconversão e orientação profissional que avalie e responda às necessidades emergentes de competências para a recuperação e reconstrução, em consulta com as instituições de educação e de formação e as organizações de trabalhadores e de empregadores, com

o pleno envolvimento de todas as partes interessadas relevantes, públicas e privadas.

Com base em normas internacionais relativas à classe docente, em conjunto com parceiros como a UNESCO e a [International Task Force on Teachers for Education 2030](#), a OIT apela à:

- manutenção dos salários e dos benefícios do pessoal docentes e de outro da área da educação, independentemente da sua relação de emprego, durante a crise;
- formação e apoio adequados para os professores e professoras à medida que fazem a transição para o ensino a distância;
- no regresso às aulas em alguns países, proteção social e SST adequadas para os/as docentes e profissionais de ensino; e
- diálogo social entre os governos, as organizações de professores e os empregadores das escolas privadas para conceber e implementar políticas rápidas em matéria de educação em resposta imediata à crise, considerando as necessidades de alunos e alunas e de docentes, com base no princípio da equidade, e equilibrando a necessidade de sucesso académico com a gestão do bem-estar durante esta crise global. O diálogo social será também essencial na fase de reconstrução pós-pandemia para assegurar o investimento na educação, em consonância com o [ODS 4 - Educação, Quadro de Ação para 2030](#).

Um estudo em curso sobre a digitalização e a profissão de docente em cinco países africanos, financiado pela Cooperação Alemã para o Desenvolvimento (GIZ), está

²⁶ UNESCO: [National learning platforms and tools](#).

²⁷ [‘This is online education’s moment’ as colleges close during coronavirus pandemic](#), in MarketWatch, 18 de março de 2020.

²⁸ Education International: [Resolution outlining educators’ key demands to all governments and international institutions dealing with the COVID-19 outbreak](#), 6 de abril de 2020.

²⁹ Ver: <https://www.ilo.org/education>.

a gerar ideias sobre como o ensino a distância pode funcionar nos países em desenvolvimento e como a tecnologia pode ajudar na resposta à pandemia COVID-19.

A OIT, mediante o seu trabalho em matéria de competências e empregabilidade, encontra-se a monitorizar o modo como a pandemia e o encerramento dos centros de formação afetaram o ensino técnico e profissional, assim como os estágios, e de que forma os alunos e as alunas e docentes estão a ser afetados pela rápida transição para o ensino a distância.³⁰ Os projetos da OIT para eliminar o trabalho infantil e promover a educação estão a monitorizar os efeitos do encerramento das escolas nas crianças vulneráveis ao

trabalho infantil e mantêm ligações com os sistemas escolares visando apoiar um ensino a distância de qualidade.

30 OIT: [Discussion: Continuing online learning and skills development in times of the COVID-19 crisis](#). 27 de março - 17 de abril .